



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2022. Permanecemos à disposição de V.Sas para quaisquer esclarecimentos necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)				
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e patrimônio líquido
Circulante				Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	3	204.245	47.004	Fornecedores
Aplicações financeiras	4	167.924	-	Debêntures
Contas a receber	5	127.091	13.239	Tributos a recolher
Estoques	6	72.225	74.634	Obrigações com empregados e administradores
Tributos a recuperar	7(a)	4.514	4.145	Receita diferida
Adiantamentos	8	31.032	12.764	Adiantamentos de clientes
Partes relacionadas	9	2.384	19	Partes relacionadas
Outros		35	37	Outros
Total do ativo circulante		609.450	151.842	Total do passivo circulante
Não circulante				Não circulante
Aplicações financeiras	4	-	1.036	Debêntures
Contas a receber	5	13.086	10.056	Tributos a recolher
Tributos a recuperar	7(a)	1.092	984	Concessão de serviço público
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7(b)	276.630	262.732	Provisão para riscos processuais
Partes relacionadas	9	-	30	Receita diferida
Depósitos judiciais	18(e)	20.811	36.483	Outras contas a pagar
Imobilizado	11	33.019	40.638	Total do passivo não circulante
Intangível	12	2.080.593	2.086.099	Patrimônio líquido
Total do ativo não circulante		2.425.240	2.438.058	Capital social
Total do ativo		3.034.690	2.589.900	Prejuízos acumulados
				Total do patrimônio líquido
				Total do passivo e patrimônio líquido

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	20	796.079	487.870
Custo dos serviços prestados	21	(526.240)	(448.112)
Lucro (prejuízo) bruto		269.839	39.758
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas	21	(149.266)	(141.663)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	296.674	2.747
Resultado operacional		417.247	(99.158)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	74.670	12.083
Despesas financeiras	22	(205.207)	(238.491)
Total		(130.537)	(226.408)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		286.710	(325.566)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7(d)	13.907	108.400
Imposto de renda e contribuição social diferidos		13.907	108.400
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		300.617	(217.166)
Quantidade média de ações ao final do exercício (em milhares de ações)		1.613.694	1.613.694
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações (Em reais)	23	0,186	(0,135)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)				
	Capital social subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.344.160	23.000	(229.550)	1.137.610
Aumento de capital	91.756	-	-	91.756
Adiantamento para futuro aumento de capital	23.000	(23.000)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(217.166)	(217.166)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.458.916	-	(446.716)	1.012.200
Lucro líquido do exercício	-	-	300.617	300.617
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.458.916	-	(146.099)	1.312.817

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	300.617	(217.166)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	300.617	(217.166)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuição		286.710	(325.566)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	11 e 12	100.933	80.262
Baixa de imobilizado e intangível (Reversão) provisão para perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	11 e 12	26.871	30.926
Variações monetárias e encargos, líquidos (Reversão) provisão para riscos processuais	5	(3.084)	806
	22	189.946	239.292
	18	(780)	34.956
Resultado do exercício ajustado (Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	(113.798)	(3.403)
Estoques	6	2.409	4.417
Tributos a recuperar	7	(477)	9.695
Depósitos judiciais	18(e)	15.672	(9.489)
Adiantamentos	17	(18.268)	3.918
Parte relacionada	9	(2.334)	51
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	13	(15.660)	2.808
Obrigações com empregados e administradores	10	(1.552)	16.334
Tributos a recolher	7	900	1.605
Receita diferida		73.875	-
Adiantamentos de clientes	17	(14.770)	2.601
Parte relacionada	9	50	(91.156)
Obrigações com poder concedente	15	(4.712)	-
Outras contas a pagar		513	716
Caixa líquido gerado pelas (Aplicado nas) atividade operacionais		522.443	(1.227)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	11	(2.586)	(2.438)
Aquisição de intangível	12	(114.540)	(133.228)
Aplicações financeiras		(247.438)	78.655
Caixa líquido gerado pelas (Aplicado nas) atividades de investimento		(364.564)	(57.011)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	91.756
Dividendos convertidos em capital	14	-	(2.557)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	1.200.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	14	-	(1.073.370)
Custo de captação	14	(638)	(77.566)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	(48.508)
Caixa líquido gerado pelas (Aplicado nas) atividades de financiamento		(638)	89.755
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		157.241	31.517
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	47.004	15.487
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	204.245	47.004
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		157.241	31.517

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		1.110.552	523.237
Prestação de serviços	20	820.973	505.681
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		(3.084)	(769)
Outras receitas	20(a)	292.663	18.325
Insumos adquiridos de terceiros		(327.875)	(297.633)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(325.679)	(293.783)
Outros custos		(2.196)	(3.850)
Valor adicionado bruto		782.677	225.604
Retenções		(100.933)	(80.262)
Depreciação e amortização	11 e 12	(100.933)	(80.262)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		681.744	145.342
Valor adicionado recebido em transferência		74.670	12.083
Receitas financeiras	22	74.670	12.083
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir		756.414	157.425
Total do valor adicionado a distribuir		756.414	157.425
Distribuição do valor adicionado		756.414	157.425
Pessoal e encargos		208.089	186.917
Remuneração direta		137.275	122.746
Benefícios		57.951	53.991
FGTS		11.342	8.798
Outros		1.521	1.382
Impostos, taxas e contribuições		39.630	(69.032)
Federais		20.200	(80.647)
Estaduais		4.088	2.256
Municipais		15.342	9.359
Remuneração capital de terceiros		208.078	256.706
Juros		188.661	211.270
Aluguéis		2.760	1.880
Outras		16.657	43.556
Remuneração de capital próprio		300.617	(217.166)
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores		300.617	(217.166)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetrôRio" ou "Companhia") foi constituída sob a forma de "sociedade por ações" em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutive, até 27 de janeiro de 2038.

A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitan do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANS e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à Concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a Concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

No evento da extinção do Contrato de Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à Concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva Concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

Sempre que o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão venha a ser alterado, quer em razão da ocorrência de processo inflacionário, quer em virtude de imprevistas mudanças de condições de mercado ou de custos, o valor das tarifas previsto na Cláusula Sexta será reajustado ou revisado.

O Poder Concedente reajustará o valor das tarifas anualmente, a partir do primeiro dia 31 de janeiro de cada ano, com base na variação do IGP-M publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida nos 12 meses anteriores.

Em 07 de maio de 2021, o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro assinaram o sétimo termo aditivo ao Contrato de Concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, contemplando dentre outros itens: (i) a redução do valor aprovado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - AGETRANS do Valor Máximo Unitário de Tarifa Padrão de R\$ 6,2654 para R\$ 5,8335; (ii) a resolução consensual para extinção de certos processos judiciais que têm por objeto desequilíbrio na equação econômico-financeira do Contrato de Concessão em favor do Poder Concedente no valor de R\$ 197.943; e (iii) fixação da nova tarifa em R\$ 5,80, após arredondamento previsto em contrato, a ser aplicada a partir de 11 de maio de 2021.

A Companhia era controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar, que detinha a totalidade do capital, porém em 28 de setembro de 2020, após as aprovações em Assembleias Gerais de Acionistas e de Debenturistas, foi assinado um Acordo de Reestruturação que previu a redução significativa da dívida da Invepar envolvendo a sua troca por participações em empresas do Grupo. Em 8 de novembro 2021 foram concluídas as seguintes e principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação assinado em 28 de setembro de 2020, com objetivo da redução significativa da dívida da Invepar com envolvimento da troca de participações em empresas do Grupo.

I - Transferência da totalidade das ações de emissão da Hmobi Participações S.A. ("Hmobi"): em contraprestação ao resgate, pela Invepar, de 3 debêntures detidas pelo Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia FIP ("IAV FIP");

II - Aumento do capital da Hmobi mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por: IAV FIP, Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF ("Funcef"), Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS ("Petros"), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI ("PREVI");

III - Transferência das Ações do MetrôRio em contrapartida à entrega em dação em pagamento, da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 100% do capital social total, do MetrôRio, pelo valor total de R\$ 1.595.863.778,22.

Em decorrência da conclusão das etapas da operação acima descritas: o IAV FIP passou a ser acionista controlador da Hmobi, detentor de 945.021.199 ações ordinárias, representativas de 51,5% do capital social da Hmobi; e a Hmobi passou a ser a única acionista detentora da totalidade do capital social da MetrôRio.

Em 17 de dezembro de 2021, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Cedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - ("AGETRANS"), através da Deliberação nº 1.812, reconheceu a responsabilidade do Poder Concedente em promover o ressarcimento emergencial à Companhia referente ao período de março a dezembro de 2020, conforme solicitação formalizada em 20/09/2020, para ressarcimento dos prejuízos suportados pela Companhia no âmbito da decretação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Em 1º de abril de 2022 o MetrôRio celebrou, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), o "Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros" ("Contrato de Concessão" e "8º Aditivo", respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos: (i) regular as ações visando o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de março a dezembro de 2020 no valor total de R\$ 327.747, sendo R\$ 286.068 da parcela principal e R\$ 41.679 referente a atualização monetária pelo IPCA. O ressarcimento, conforme previsto no termo aditivo, foi pago em 4 (quatro) parcelas ao longo do ano de 2022. (ii) disciplinar o novo reajuste tarifário ordinário em 12% (doze por cento) sobre a tarifa vigente, tendo como nova tarifa praticada no valor de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), e homologada de R\$ 6,82 (seis reais e oitenta e dois centavos). Adicionalmente, ficou acordado que a partir de 02 de abril de 2022, o MetrôRio aplicará o desconto no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos) sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão durante o período de 24 meses, desconto esse que retornará ao Sistema Metroviário mediante contrapartida de realização de investimentos pelo Poder Concedente; e (iii) alteração do §15º da Cláusula Sétima do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para estabelecer novas formas de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Em 26 de dezembro de 2022, o MetrôRio celebrou com o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), o "Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros" ("Contrato de Concessão" e "9º Aditivo", respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos, disciplinar os termos e condições da contrapartida devida pelo Poder Concedente ao MetrôRio, no valor referencial de R\$ 109.504, referente a redução de R\$ 0,30 (trinta centavos de real) aplicada sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão para os períodos de 02 de abril de 2022 a 11 de abril de 2023 e de 12 de abril de 2023 a 11 de abril de 2024, conforme convenção no Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O valor referencial será pago em 4 parcelas, a serem pagas entre os meses de março a junho de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 209.512 (R\$ 17.482 negativo, em 31 de dezembro de 2021).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Accounting Standards - IAS).





Financial Reporting Standards-IFRS emitidas pelo **International Accounting Standards Board (IASB)**. As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações financeiras foi autorizado pela Administração da Companhia em 23 de março de 2023.

2.2. Novas normas e pronunciamentos ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações financeiras": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis*: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente as transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente, quando aplicável, vide estimativas contábeis relevantes na nota 2.19.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa e aplicação financeira.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) -Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.4. Contrato de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

O ativo intangível deve ser amortizado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que se deu em função da curva de demanda, conforme prevista na orientação OCPC05.

2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

(a) Receitas de serviços

As receitas provenientes com passagem e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(b) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganhou a perda registrada no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O IFRS9/CPC48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, substituindo o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo de "perdas de créditos esperadas".

A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de "perdas de crédito esperadas", avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando o julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de idade de vencimento.

2.8. Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.9. Adiantamentos

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. Os adiantamentos são apropriados ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos caso ocorra fato relevante que possa gerar impacto.

2.11. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida eram amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada até o exercício social de 2020, no entanto, no exercício social corrente foi reviso o método de amortização, conforme previsto no CPC 23, e a Administração alterou o método para melhor refletir o padrão de benefício econômico dos ativos.

A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação, estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.12. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado

de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas		
		Receitas tarifárias	Receitas acessórias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,6%	4,00%
Imposto sobre Serviço	ISS	2,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 -Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda-calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social -calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15. Benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

a) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

b) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

c) Planos de benefício definido

Plano de benefício pós emprego que não seja plano de contribuição definida. O CPC 33 (R1) -Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

A Companhia mantém um Plano de Benefício Definido, atualmente com 152 participantes.

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados como intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.17. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) -Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

2.18. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício.

2.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Estimativas e premissas

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Amortização do intangível

A Companhia reconhece a amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Provisão com estimativa de crédito de liquidação duvidosa

A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de "perdas de crédito esperadas", avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando o julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de aging de vencimento.

2.20. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC03(R2) -Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	11.080	17.759
Aplicações financeiras	193.165	29.245
Total de caixa e equivalentes de caixa	204.245	47.004

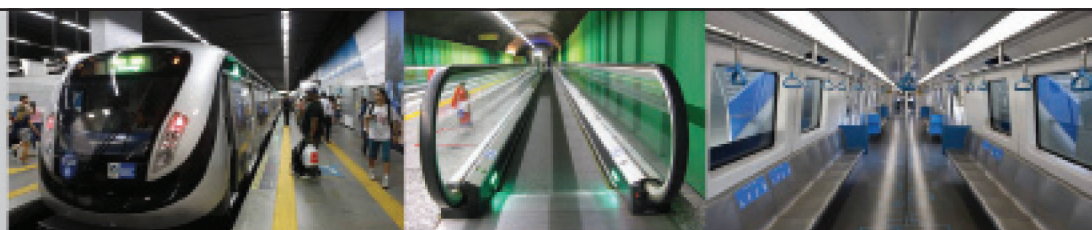
A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB – Certificado de Depósito Bancário Pós-fixado), com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações é em média 100,87% do CDI (95,00% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2022	31/12/2021
Certificados de Depósito Bancário – CDB	167.924	1.036
Total aplicações financeiras	167.924	1.036
Circulante	167.924	-
Não circulante	-	1.036

A rentabilidade destas aplicações é em média 104,25% do CDI e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos da Companhia.





CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

5. CONTAS A RECEBER

5.1 – Contas a receber, líquidas

	31/12/2022	31/12/2021
Recebíveis do GERJ (a)	109.504	–
Recebíveis do GERJ (b)	33.617	29.325
Recebíveis do GERJ (c)	22.568	16.497
Vendas de passagens (d)	14.057	9.580
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (e)	7.143	8.249
Outros	473	3.745
Total do contas a receber	187.362	67.396
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (b)	(33.617)	(29.325)
Perdas de créditos esperadas – Governo do Rio de Janeiro (c)	(9.510)	(9.510)
Perdas de créditos esperadas – Locação de espaço físico (e)	(4.058)	(5.266)
Total da PECLD	(47.185)	(44.101)
Total do Contas a Receber, líquidas	140.177	23.295
Circulante	127.091	13.239
Não circulante	13.086	10.056

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Valor a receber referente ao 9º termo aditivo, vide nota explicativa 1.
 (b) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que foram despendidos nos processos judiciais que versam sobre sucessão, ou seja, processos judiciais advindos da concessionária anterior e contemplados nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, denominados processos - ET Pós;
 (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo e Olimpíadas de 2016. No entanto, todos os valores em aberto encontram-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas.
 (d) Receita de passagens a receber;
 (e) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios);

5.2 – Aging do contas a receber

	31/12/2022		31/12/2021	
	Contas a receber	PECLD	Contas a receber	PECLD
A vencer	127.372	–	11.788	–
Vencidos				
Até 3 meses	2.849	(30)	846	(4)
De 3 a 6 meses	3.002	(41)	344	(9)
Acima de 6 meses	54.139	(47.114)	54.418	(44.088)
Total	187.362	(47.185)	67.396	(44.101)

5.3 – Movimentação das perdas de créditos esperadas

Movimentação do saldo de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(44.101)	(43.295)
Adições	(4.719)	(1.545)
Reversões	1.635	739
Saldo no fim do exercício	(47.185)	(44.101)

6. ESTOQUES

	31/12/2022	31/12/2021
Materiais auxiliares, de manutenção e conservação	72.225	73.904
Importação em andamento	–	730
Total	72.225	74.634

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

(a) Tributos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo negativo de imposto de renda e contribuição social (a)	4.971	4.303
Outros	635	826
Total	5.606	5.129
Circulante	4.514	4.145
Não circulante	1.092	984

(a) Saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados abaixo:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal	186.281	158.629
Base negativa da contribuição social	67.467	57.328
Provisão para riscos processuais	22.624	23.526
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	16.043	14.994
Provisões fornecedores – Diferenças temporais	5.306	5.544
Amortização do ágio abril a novembro de 2009	3.963	4.223
Participação nos lucros e resultado (PLR)	3.731	2.887
Outros	2.134	1.904
Total do ativo fiscal diferido	307.549	269.035
Amortização curva de demanda	(24.572)	–
Amortização do direito de concessão	(4.354)	(4.643)
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Outros diferidos passivos	(324)	–
Total do passivo fiscal diferido	(30.910)	(6.303)
Total	276.639	262.732

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e para o exercício de 2022 concluiu-se que os custos registrados são consideravelmente inferiores ao valor de recuperação. A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia até o fim da concessão; (ii) projeção de demanda considerando a recuperação da economia e fim da pandemia do COVID-19; (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (iv) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital – WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária. As principais premissas utilizadas para descontar as projeções de fluxo de caixa e determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 13,00% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 5,25% para 2022 e de 3,24% para o longo prazo.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, conforme demonstrado a seguir:

Anos	31/12/2022
2023	1.160
2024	19.858
2025	28.483
2026	34.815
2027 até 2037	385.893
Total das projeções de realização do ativo fiscal diferido	470.209
Total dos ativos fiscais diferidos	307.549

(c) Tributos a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
ISS	2.142	1.040
IRRF e CSRF	383	406
PIS e COFINS	686	854
INSS sobre terceiros	615	243
Taxa AGETRANSP	491	617
INSS CPRB	–	247
Outros	187	197
Total	4.504	3.604
Circulante	4.317	3.190
Não circulante	187	414

(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	286.710	(325.566)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(97.481)	110.692
Exclusões/(adições) permanentes	111.388	(2.292)
Total dos impostos no resultado	13.907	108.400

8. ADIANTAMENTOS

	31/12/2022	31/12/2021
Seguros (*)	23.339	10.029
Fornecedores	4.095	913
Pessoal	3.598	1.822
Total	31.032	12.764

(*) Em 31 de dezembro de 2022, o incremento do saldo em relação ao exercício anterior se deve, principalmente, à renovação do seguro de Riscos Operacionais e Responsabilidade Cível. Vide nota explicativa nº 24.

9. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum são divulgadas nas demonstrações financeiras.

Composição	31/12/2022		
Parte relacionada	Transação	Relação	Passivo Circulante
HMOBI	Gastos compartilhados	Controladora	2.384
Metrobarra	Gastos compartilhados	Coligada	50
Total			2.384

31/12/2021

Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Resultado
			Circulante	Não circulante	
HMOBI	Gastos compartilhados	Controladora	19	–	19
Metrobarra	Gastos compartilhados	Coligada	–	30	–
Total			19	30	19

10. OBRIGAÇÃO COM EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A obrigação com empregados e administradores demonstrada no quadro a seguir:

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	29.865	32.031
Encargos	6.186	5.572
Total	36.051	37.603

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, conforme quadro a seguir:

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Pró-labore	3.234	2.128
Bônus	2.052	1.389
Encargos	574	538
Outros benefícios	716	388
Benefício pós emprego	–	122
Total	6.576	4.565

Em 29 de abril de 2022 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 6.661.

11. IMOBILIZADO

Custo	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Móveis e utensílios	10	14.767	310	(45)	–	15.032
Veículos	20	817	–	–	–	817
Equipamentos de informática	20	30.566	1.194	(65)	28	31.723
Imobilizado em andamento	–	829	–	–	–	829
Total		117.570	2.544	(146)	44	120.012

Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Móveis e utensílios	(9.340)	(1.254)
Veículos	(500)	(88)
Equipamentos de informática	(20.441)	(3.068)
Imobilizado em andamento	(76.932)	(10.197)
Total	40.638	(7.653)

Imobilizado líquido

Custo	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
Móveis e utensílios	10	14.657	40	(171)	241	14.767
Veículos	20	973	–	(156)	–	817
Equipamentos de informática	20	29.978	68	(218)	738	30.566
Imobilizado em andamento	–	829	241	–	(241)	829
Total		115.861	1.225	(718)	1.202	117.570

Depreciação acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Móveis e utensílios	(8.233)	(1.235)
Veículos	(568)	(88)
Equipamentos de informática	(16.917)	(3.739)
Imobilizado em andamento	(66.601)	(10.991)
Total	49.260	(9.766)

12. INTANGÍVEL

Custo	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Direito de concessão (a)	1.666.684	139	–	(29)	1.666.794
Investimento na concessão (b) (*)	1.899.029	85.587	(26.964)	46.451	2.004.103
Intangível em andamento	49.245	26.226	–	(47.252)	28.219
Outros	14	–	–	–	14
Total	3.653.325	112.093	(26.964)	(44)	3.738.410

Amortização acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Direito de concessão	(786.496)	(41.962)
Investimento na concessão	(756.380)	(48.128)
Intangível líquido	2.086.099	21.357

(*) Consumo de peças sobressalentes para operação.

Custo	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
Direito de concessão (a)	1.668.009	–	(2)	(1.323)	1.666.684
Investimento na concessão (b) (*)	1.809.029	100.555	(29.684)	19.133	1.899.029
Intangível em andamento	42.432	25.946	–	(19.133)	49.245
Outros	14	–	–	–	14
Total	3.554.775	129.440	(29.688)	(1.202)	3.653.325

Amortização acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Direito de concessão	(752.362)	(34.124)
Investimento na concessão	(721.711)	(34.709)
Intangível líquido	2.086.789	60.168

(*) Consumo de peças sobressalentes para operação.

(a) Direito de concessão

Direito de concessão referente à Outorga Principal R\$ 311.389 e Outorga Suplementar R\$ 162.940 (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018) conforme os termos da alínea "b", Parágrafo 1º da Cláusula 9ª do Sexto Termo Aditivo.

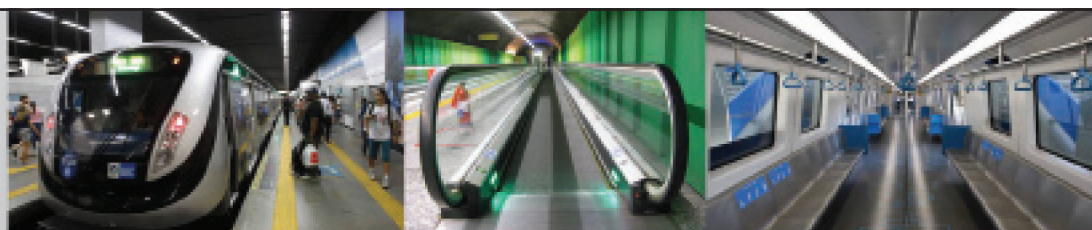
Conforme detalhado na Nota explicativa 15, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

(b) Investimento na concessão

São investimentos realizados durante todo o prazo de concessão no material rodante, vias permanentes, subestações de energia e toda a infraestrutura necessária para adequação, continuidade e melhorias na operação das Linhas 1 e 2. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

Prazo de amortização

A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concess



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

	Adições			Amortização			31/12/2021
	31/12/2020	Captação	Juros	Varição Monetária	Principal	Custo de captação	
Passivo circulante							
BNDES III							
Subcrédito "A"	29.281	-	887	(111.341)	(1.122)	-	82.295
Subcrédito "C"	16.961	-	502	(62.965)	(673)	-	46.175
CEF	213.775	-	2.304	(213.247)	(2.832)	-	-
Banco do Brasil	18.011	-	130	(18.000)	(141)	-	-
Custos de captação	(54)	-	-	-	-	119	(65)
Debêntures							
Debênture - LAMSA	93.280	-	3.128	(89.249)	(7.159)	-	-
Debênture 1	582.191	-	4.390	(550.000)	(36.581)	-	-
Debênture 2	-	-	28.568	(28.568)	-	-	-
Custos de captação	(3.751)	-	-	-	-	(4.424)	8.175
Subtotal	949.694	-	39.909	(1.073.370)	(48.508)	(4.305)	136.580
Não circulante							
Empréstimos							
BNDES III							
Subcrédito "A"	82.295	-	-	-	-	-	(82.295)
Subcrédito "C"	46.175	-	-	-	-	-	(46.175)
Custos de captação	(65)	-	-	-	-	-	65
Debêntures							
9ª Debênture	-	1.200.000	81.975	112.584	-	-	1.394.559
Custos de captação	-	-	-	-	-	(73.261)	(8.175)
Subtotal	128.405	1.200.000	81.975	112.584	-	(73.261)	1.313.123
Total geral	1.078.099	1.200.000	121.884	112.584	(1.073.370)	(77.566)	- 1.313.123

Composição dos pagamentos das debêntures por ano de vencimento:

	31/12/2022
2023	208.676
2024	118.177
2025	124.179
2026	154.177
2027 em diante	974.887
Total	1.580.096
Custo de captação	(82.074)
Aplicação vinculada	(80.550)
Total	1.417.472

Debêntures

Em 15 de janeiro de 2021 o MetrôRio emitiu 1.200.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal unitário de R\$ 1 perfazendo o montante de R\$ 1.200.000. A captação dos recursos ocorreu em 10 de fevereiro de 2021 em seu montante integral.

O saldo do valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em 17 (dezesete) parcelas semestrais, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, com primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2023.

As debêntures têm prazo de vigência de 10 (dez) anos e 11 (onze) meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2031. A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,0857% ao ano. Os recursos desta emissão foram destinados ao pré-pagamento de todas as dívidas do MetrôRio as quais financiaram os investimentos na concessão, reembolso de gastos e despesas.

Em 1º de junho de 2022 foi deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) a anuência para substituição, exclusivamente durante o período de junho de 2022 a 15 de dezembro de 2023, da transferência de recursos da conta centralizadora para a conta reserva através da aplicação vinculada junto à instituições financeiras de primeira linha com rating AAA.

Hipóteses de vencimento antecipado

Nos termos dos contratos da 9ª emissão de debêntures, a Companhia está sujeita ao cumprimento de certas obrigações específicas. O descumprimento de tais obrigações sem a anuência dos respectivos credores poderá resultar na declaração do vencimento antecipado de tais contratos e na execução das garantias constituídas em relação aos mesmos.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) redução do capital social ou recompra de ações, sem a anuência dos Debenturistas; (ii) realização de qualquer pagamento ou remuneração pela Emissora aos seus acionistas até 31 de dezembro de 2024 (inclusive), exceto se houver o preenchimento da conta reserva com recursos da Companhia. Após essa data é permitido o pagamento ou remuneração pela Emissora aos seus Acionistas se estiver adimplente com as obrigações previstas na Escritura de Emissão e o ICSD seja maior ou igual a 1,30; e (iii) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2023, e a data de vencimento, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") deverá ser igual ou superior a 1,2, calculado anualmente com base nas Demonstrações financeiras.

Avaliação de Rating

Em 23 de junho de 2022, a Fitch Ratings afirmou, o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA-(bra)' da 9ª emissão de debêntures do MetrôRio. A revisão da Perspectiva do rating foi de Negativa para Positiva, e reflete o aumento da liquidez do MetrôRio após o ressarcimento pelo poder concedente, que indenizou a concessionária pelos efeitos da pandemia de coronavírus, referentes ao período de março a dezembro de 2020. Também reflete a recuperação do rating, o qual está em linha com o cenário de rating da Fitch.

Em 24 de agosto de 2022, a S&P Global Ratings elevou os ratings de 'brAA' para 'brAA+', na escala Nacional, atribuídos ao MetrôRio e à sua 9ª emissão de debêntures. A perspectiva estável, reforça uma trajetória de recuperação da demanda, posição da liquidez fortalecida, dentre outros fatores.

15. Concessão de serviço público:

	31/12/2022	31/12/2021
Não circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2038)	16.110	19.533
Total	16.110	19.533

Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2038).

O montante de R\$ 16.110 (R\$ 19.533 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à assunção pela Companhia da obrigação de pagamento das condenações judiciais devidas pela Companhia do MetrôRio do Rio de Janeiro e Companhia de Transportes Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS, em processos com data anterior à tomada de posse da prestação do serviço público de passageiros das Linhas 1 e 2, ocorrida em 05 de abril de 1998, em contrapartida ao preço da outorga suplementar devida

pela entrada em operação das estações Siqueira Campos, Cantagalo e General Osorio, previsto no §2º da Cláusula Nona e §§ 13º e 14º da Cláusula Vigésima Segunda do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades da liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Movimentação da concessão:

	31/12/2021	Atualização monetária	Reversão	31/12/2022
Outorga (a)	19.533	1.289	(4.712)	16.110
Não circulante	19.533	1.289	(4.712)	16.110
	31/12/2020	Atualização monetária		31/12/2021
Outorga (a)	17.219	2.314	-	19.533
Não circulante	17.219	2.314		19.533

(a) Outorga do não circulante refere-se ao Anexo V do Sexto Aditivo ao Contrato de Concessão.

Bens reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito. A Companhia recebeu em transferência em 5 de abril de 1998, o montante de R\$ 6.093.927 de bens reversíveis.

16. Receita diferida:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita diferida – 9º Termo aditivo	74.077	-
Outras	1.764	1.966
	75.841	1.966
Circulante	57.695	-
Não circulante	18.146	1.966
Total	75.841	1.966

Receita diferida referente ao 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão referente a parcela ainda não incorrida dos anos de 2023 e 2024, vide maiores detalhes na Nota Explicativa 1.

17. Adiantamentos de clientes:

Composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes (a)	3.419	15.474
Serviço a prestar - Giro (b)	3.349	4.191
Serviço a prestar (c)	2.395	2.957
Receitas antecipadas	475	414
Outros	-	1.372
Total	9.638	24.408

a) Receita acessória com aluguel de espaços físicos e publicitários;

b) Venda de cartões pré-pagos do metrô do Rio de Janeiro;

c) Vendas de bilhetes unitários.

18. Provisões para riscos processuais:

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, na opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisões em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Natureza do risco	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas (a)	41.637	41.741
Tributários (b)	23.496	22.458
Cíveis (c)	6.367	4.865
Outros	34	130
Total	71.534	69.194

Movimentação das provisões:

Natureza do risco	31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	31/12/2022
Trabalhistas	41.741	11.755	(2.828)	(10.933)	1.902	41.637
Tributários	22.458	3.480	-	(3.349)	907	23.496
Cíveis	4.865	6.040	(2.471)	(2.376)	309	6.367
Outros	130	-	-	(98)	2	34
Total	69.194	21.275	(5.299)	(16.756)	3.120	71.534

Natureza do risco	31/12/2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/12/2021
Trabalhistas	13.493	30.457	(3.148)	939	41.741
Tributários	13.622	7.913	-	923	22.458
Cíveis	4.281	559	(592)	617	4.865
Outros	332	2	(235)	31	130
Total	31.728	38.931	(3.975)	2.510	69.194

(a) Riscos trabalhistas:

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

A alteração de prognóstico do processo 0001028-44.20115.01.0008 ocorrida em 2021 gerou adição nas causas trabalhistas, devido a ação plurima movida pelo Sindicato - SIMERJ relativo à discussão envolvendo acúmulo de funções por agentes de segurança que estavam no quadro de funcionários da Companhia à época da extinção da função de oficial de estação, em 2003. Atualmente o processo encontra-se em fase recursal junto ao Tribunal Superior do Trabalho - TST, com valor atualizado no montante de R\$ 28.147.

Em 31 de dezembro de 2022, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 93.257, sendo R\$ 59.642 relacionado à processos sucessórios do Contrato de Concessão, a serem ressarcidos pelo Estado através de reequilíbrio contratual ou pagamento (R\$ 97.831 em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$ 46.139 processos sucessórios).

(b) Riscos tributários:

Em 31 de dezembro de 2022, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 11.714 (R\$ 52.783 em 31 de dezembro de 2021).

(c) Riscos cíveis:

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.

Em 31 de dezembro de 2022, as perdas cíveis possíveis estavam estimadas em R\$ 67.330 (R\$ 58.105 em 31 de dezembro de 2021).

Em 1º de abril de 2019, o Ministério Público protocolou Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, contra o consórcio vencedor da licitação da Linha 04 do sistema metroviário do Rio de Janeiro e outros 22 réus associados, dentre os quais MetrôRio e Metrobarra. Dentre as alegações citadas pelo Ministério Público, é mencionada irregularidades da subconcessão da operação ao MetrôRio e locação de material rodante da Metrobarra. Em janeiro de 2021, MetrôRio e Metrobarra tomaram ciência da ação e se deram por citados. De forma tempestiva, protocolaram suas defesas com os seguintes fundamentos: (i) ilegitimidade passiva para figurarem na referida ação, (ii) ausência de quaisquer elementos concretos que as liguem aos escândalos de corrupção na obra do Metrô. MetrôRio informa que postulou em juízo em face do Estado do Rio de Janeiro e CRB o pedido de nulidade dos aditivos ao contrato de concessão da Linha 4, justamente para obter o reconhecimento de que a atual Linha 4 é meramente prolongamento das Linhas 1 e 2, cuja exploração é direito do MetrôRio. Quanto ao ato de improbidade, MetrôRio entende que há prescrição, visto que o prazo de 5 anos, previsto no art. 23 da Lei de Improbidade Administrativa, chegou a termo em 2015, tendo em vista que a assinatura do contrato se deu em 25 de fevereiro de 2010. O valor do pedido de danos morais coletivos foi de R\$ 120.000, mas, considerando que a ação envolve obrigação de fazer, cuja monetização não é possível de ser mensurada na fase processual atual, bem como possui 23 réus, não é possível estimar o valor do risco por agente envolvido na demanda. Este processo possui prognóstico possível.

(d) Riscos regulatórios:

Em 31 de dezembro de 2022, as multas regulatórias possíveis em esfera judicial foram estimadas em R\$ 33.089 (R\$ 28.524 em 31 de dezembro de 2021).

(e) Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação:

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais - embargos de terceiros*	18.658	12.575
Depósitos recursais	2.152	23.908
Total	20.810	36.483

Depósitos judiciais	31/12/2021	Constituição	Baixa	Atualização	31/12/2022
Recursais	23.908	961	(18.004)	2.057	8.922
Embargos de terceiros	12.575	2.828	(5.131)	1.617	11.889
Total	36.483	3.789	(23.135)	3.674	20.811

*Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$ 18.658 (R\$ 12.575 em 31 de dezembro de 2021).

19. Patrimônio líquido:

a) Capital social

Em 22 de fevereiro de 2021, foi aprovado através de Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 23.000, mediante a emissão de 28.305.093 novas ações ordinárias, integralizadas mediante a capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$ 23.000.

Em 29 de setembro de 2021, foi aprovado através de Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$91.827, mediante a emissão de 138.490.140 novas ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R\$ 1.458.916, dividido em 1.613.694.012 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. O valor dos juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

20. Receitas, custos e despesas por natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita tarifária	757.589	456.360
Receitas acessórias	63.384	49.322
Impostos, deduções e cancelamentos	(24.894)	(17.812)
Receita de serviços líquidas	796.079	487.870
Receitas regulatórias (*)	286.068	-
Outras receitas	10.606	2.747
Outras receitas	296.674	2.747
Total de receitas	1.092.753	490.617

(*) Oriunda do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros que versa sobre o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de março a dezembro de 2020 no valor total de R\$ 327.747, sendo R\$ 286.068 da parcela principal e R\$ 41.679 referente a atualização monetária pelo IPCA (vide maiores detalhes na Nota Explicativa 1).

21. Custos e despesas por natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(230.350)	(208.398)
Energia elétrica	(137.698)	(101.615)
Depreciação e amortização	(100.933)	(80.262)
Conservação e manutenção	(93.302)	(89.671)
Suporte e manutenção informática	(16.668)	(8.881)
Baixa de depósitos judiciais	(15.829)	(1.525)
Despesas gerais	(14.580)	(10.063)
Seguros e garantias	(11.983)	(10.862)
Serviços de terceiros PJ	(8.182)	(5.523)
Provisão para riscos processuais e obrigações decorrente da concessão/PECLD	(7.603)	(34.956)
Terceirização de frotas	(7.210)	(4.775)
Serviços Fetranspor	(7.164)	(4.559)
Auditoria, assessorias e consultorias	(5.321)	(5.592)
Água e esgoto	(5.212)	(3.837)
Segurança		



Resultado básico e diluído por ação	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	300.617	(217.166)
Denominador (em milhares de ações) média ponderada de número de ações ordinárias	1.613.694	1.613.694
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação (R\$)	0,186	(0,135)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias. A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2022, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

24. Seguros (não revisados):

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de dezembro de 2022, os principais seguros contratados são:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Vencimento	
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	60.000	01/08/2022	01/02/2024	SWISS RE
RISCOS OPERACIONAIS	307.000	01/08/2022	01/02/2024	TOKIO
TRANSPORTE INTERNACIONAL	US\$ 3,000	28/02/2022	28/02/2023	SURA
TRANSPORTE NACIONAL AUTOMÓVEIS	TABELA FIPE 110%	28/02/2022	28/02/2023	SURA
DIRECTORS & OFFICERS	40.000	24/08/2022	24/08/2023	PORTO SEGURO
GARANTIA JUDICIAL	2.486	08/11/2022	08/11/2023	BERKLEY
GARANTIA JUDICIAL	1.892	23/07/2021	23/07/2024	BMG
GARANTIA JUDICIAL	5	02/08/2020	17/08/2025	EZZE
GARANTIA JUDICIAL	195.108	01/07/2021	01/02/2024	FAIRFAX
GARANTIA JUDICIAL	262	06/02/2020	13/06/2027	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	39.173	05/02/2021	24/03/2024	JNS
GARANTIA JUDICIAL		28/02/2019	12/12/2027	POTENCIAL

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

25. Compromissos e responsabilidades:

O MetrôRio possui um contrato vigente de fornecimento de energia elétrica firmado com a Rio Paraná Energia S.A. (empresa do grupo CTG Brasil) no ambiente livre de contratação. Esse contrato visa abastecer o consumo de energia elétrica das Linhas 1, 2 e 4 durante o período de 01/08/2021 a 31/12/2022 e tem o valor de R\$ 54.026.

Além desse contrato, foram celebrados na mesma data de 06/08/2020:

(i) outro contrato de fornecimento de energia elétrica, porém firmado com a Rio Parapananema Energia S.A. (empresa também do grupo CTG Brasil) para atendimento das Linhas 1, 2 e 4, com período de suprimento de 01/01/2023 a 31/12/2024;

(ii) Aditivo ao contrato de fornecimento de energia de elétrica, celebrado em 26 de janeiro de 2009 com a Rio Parapananema Energia S.A., cujo período de suprimento previa o abastecimento do consumo das Linhas 1 e 2 durante o período de 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021. O aditivo foi firmado para reduzir o volume contratado em 2021 e transferir o volume reduzido para abastecimento de 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024;

(iii) Aditivo ao contrato de fornecimento de energia de elétrica, celebrado em 09 de maio de 2016 com a Rio Parapananema Energia S.A., cujo período de suprimento previa o abastecimento do consumo da Linha 4 durante o período de 1º de agosto de 2016 e 31 de julho de 2021. O aditivo foi firmado para reduzir o volume contratado em 2021 e transferir o volume reduzido para abastecimento de 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024.

A Companhia também possui um contrato de operação e manutenção da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, extensão de Ipanema a Barra da Tijuca, assinado entre MetrôRio, CRB e o Metrobarra (interventor), onde, o MetrôRio, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens.

Modicidade tarifária:

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém o valor de R\$ 55.078 para fins de fiscalização do Estado em relação a obrigação relacionada à Modicidade tarifária, para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro.

26. Instrumentos financeiros:

(a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

Instrumentos financeiros	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	204.245	—	47.004	—
Aplicações financeiras	167.924	—	1.036	—
Contas a receber	—	140.177	—	23.295
Partes relacionadas	—	2.384	—	—
Total do ativo	372.169	142.561	48.040	23.295
Passivos				
Fornecedores	—	86.016	—	104.123
Debêntures	—	1.417.472	—	1.313.123
Concessão de serviço público	—	16.110	—	19.533
Obrigações com empregados e administradores	—	36.051	—	37.603
Total do passivo	—	1.555.649	—	1.474.382

(b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo:

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

(c) Exposição a riscos de taxas de juros:

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI e as taxas de juros das debêntures estão vinculadas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

(d) Concentração de risco de crédito:

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

(e) Risco de taxa de câmbio:

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função dos fornecedores com indexador dólar, os quais não são relevantes.

(f) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros:

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a Companhia determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	12,25%	9,19%	6,13%
IPCA Passivo (% ao ano)	5,36%	6,70%	8,04%

Fonte: IBGE e B3 em 31 de dezembro de 2022.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Empresa	Risco/ Indexador	Base	Resultado		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros					
Equivalente de caixa					
Certificados de depósitos bancários - CDB	DI	193.165	23.663	17.752	11.841
Aplicações financeiras					
Certificados de depósitos bancários - CDB	DI	167.924	20.571	15.432	10.284
Total		361.089	44.234	33.184	22.125
			Resultado		
Empresa	Risco/ Indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Passivos financeiros					
9ª Debênture	IPCA	1.580.096	84.693	105.866	127.040
Aplicação financeira vinculada (*)	DI	(80.550)	(9.867)	(7.403)	(4.938)
Total		1.499.546	74.826	98.463	122.102

(*) Registradas no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros.

(g) Gestão do capital:

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures	1.417.472	1.313.123
Caixa e equivalentes de caixa	(204.245)	(47.004)
Aplicações financeiras	(167.924)	(1.036)
Dívida líquida	1.045.303	1.265.083
Patrimônio líquido	1.312.816	1.012.200
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.358.119	2.277.283

(h) Risco de liquidez:

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

30 de setembro de 2022	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Debêntures	204.747	1.007.114	205.611	1.417.472
Fornecedores	86.016	—	—	86.016
Concessão de serviço público	—	16.110	—	16.110

27. Transações não caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	2.447	3.790

28. Evento subsequente:

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, tal decisão não se aplica às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA

CONTADOR
Sandra Guedes Videira - CRC-RJ 076052/O-1

CONTROLLER CORPORATIVO
Daniel Antunes Azevedo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – METRÔRIO
Rio de Janeiro - RJ

Opinião:
Examinamos as demonstrações financeiras da **Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – METRÔRIO** ("MetrôRio" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – METRÔRIO** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Principais assuntos de auditoria (PAA):

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A seguir, descrevemos os principais assuntos de auditoria:

Reconhecimento de receita:

Descrição do PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:
Conforme descrito na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, a receita de prestação de serviços é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de prestação de serviços; (ii) a identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e a avaliação do desenho, da implementação e do teste de efetividade, quando aplicável, dessas atividades de controles; (iii) o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação para a realização de testes específicos relacionados a validação mensal do cálculo sistêmico da receita tarifária. (recálculo mensal da receita, tarifa x nº de passageiros pagantes).
Adicionalmente, a receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento de receita de serviços, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia; e (ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.	

Realização de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social:	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:
Descrição do PAA A Companhia mantém registrados tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no ativo não circulante. Esses créditos foram registrados na medida em que a Administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos, conforme descrito na nota explicativa nº 7. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores são relevantes no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia; e (ii) a avaliação da realizada pela Administração da Companhia sobre a realização desses créditos diferidos, envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras para utilização dessa realização.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendemos e testamos o plano de negócios utilizado para as projeções de resultados, que foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia; (ii) realizamos avaliação em base de testes dos cálculos dos créditos tributários e sobre os modelos e premissas críticas utilizadas pela Administração para determinar as bases tributárias futuras; (iii) comparamos as premissas do plano de negócios com informações macroeconômicas disponíveis no mercado, bem como com informações dessas projeções com os resultados apresentados pela Companhia em anos anteriores à pandemia da Covid 19; (iv) analisamos os prazos de realização considerados nos estudos e os dados históricos da própria Companhia, para testar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores; e (v) efetuamos o recálculo dos créditos tributários comparando com as bases fiscais a fim de determinarmos a sua adequação. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento do crédito tributário diferido, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos:

Demonstrações do valor adicionado:

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras:

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou.

☆ continuação



CONCESSÃO METROVIÁRIA
DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

Mazars Auditores Independentes

CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ

Cleber de Araujo

Contador CRC 1SP213655/O-8

mazars

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 31/03/2023
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/31/METROVIARIA1568622231032023.pdf>
Hash:1680192363d0e2be01c18c47d3b43c89ed692488a0